

## *A PRIMAVERA ENTRE OS DENTES\**

*Ana Targina Rodrigues Ferraz\*\**

Tudo parecia muito calmo. O Brasil prestes a receber uma festa esportiva, a Copa das Confederações da Fifa, a chamada classe C em franca ascensão, a popularidade da presidente da república, apesar da queda, ainda alta. E eis que o calor de nosso inverno se tornou ainda mais quente. As ruas da maior cidade do país, São Paulo, são tomadas por jovens manifestantes reivindicando a revogação do aumento das passagens do transporte público, mobilizados pelo Movimento Passe Livre. Formado majoritariamente por estudantes secundaristas e universitários, o Movimento Passe Livre levanta essa bandeira desde 2005 em diversas capitais. Mas desde os anos 1970, com a crescente urbanização do Brasil, o direito de ir e vir, a mobilidade urbana, o acesso ao lazer e aos serviços de saúde e educação da população trabalhadora e pobre, constituem grande problemas em nossas cidades. E, apesar do aumento da malha viá-

---

\* No Brasil segurar algo entre os dentes é expressão usada para dizer que é necessário usar muita força para segurar uma situação e que não se consegue fazer isso por muito tempo.

\*\* Doutora em Ciências Sociais e professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

ria, da frota de ônibus e dos metrô, estes são serviços caros e de péssima qualidade. Os brasileiros gastam, em média, 30% dos seus parcos salários com o transporte e em uma cidade como São Paulo, chegam a gastar até 04 horas de seu dia em ônibus ou metrô, sempre lotados e mal conservados, para ir e voltar do trabalho ou da escola. Motivos para ir às ruas contra os caros e desconfortáveis serviços de transporte concedidos pelo Estado, mas monopolizados por algumas empresas, nunca faltaram.

Entretanto, naquela segunda semana de junho, um pouco mais de 5.000 jovens saíram às ruas de São Paulo para protestar contra o aumento das passagens e foram duramente reprimidos pela polícia. A Avenida Paulista virou uma praça de guerra! Balas de borracha, sprays de pimenta, gás lacrimogêneo e armas de fogo, sim, armas de fogo, foram usadas contra jovens que quando armados usavam, no máximo, paus e pedras. O espetáculo da pura força bruta da polícia contra os manifestantes espalhou-se pelas redes sociais e, mesmo a grande mídia, deu visibilidade aos fatos.

Como uma avalanche pode ser precipitada por vibrações de baixa intensidade, este evento desencadeou uma onda vertiginosa de manifestações e protestos por todo o Brasil, dando voz e visibilidade a um conjunto, apenas aparentemente difuso<sup>1</sup>, de insatisfações acumuladas com a precariedade não apenas dos serviços de transporte, mas de educação, saúde, com a corrupção, com os preconceitos racial, sexual, de gênero, com a violência generalizada (especialmente da polícia contra os moradores das periferias das grandes cidades), com o desalojamento de milhares de famílias para as obras da Copa, com a usurpação de terras indígenas para o agronegócio e construção de usinas hidrelétricas e com o distanciamento dos representantes eleitos dos cidadãos do país.

Desde a intensificação das lutas pelo fim da ditadura militar no Brasil em meados dos anos 1970, as demandas pelo restabelecimento

---

1 A falta de foco e opacidade é apenas aparente pela existência de inúmeros movimentos sociais e organizações coletivas que, nos últimos anos, realizaram várias manifestações defendendo suas bandeiras.

da democracia já sinalizavam a ambição dos movimentos sociais por uma democracia de novo tipo, mais inclusiva, social e politicamente. Inclusiva socialmente pela ampliação dos serviços de saúde, educação, saneamento entre outros, de modo a atender as demandas e necessidades populares e inclusiva politicamente de modo a ampliar a participação dos cidadãos nas decisões com a instituição de mecanismos de participação direta (plebiscito e referendo) e mecanismos de participação das organizações da sociedade civil na gestão de políticas públicas (conselhos e conferências).

Após quase trinta anos de vigência do regime democrático, continuamos a ser um país extremamente desigual e, neste sentido, antidemocrático. Nossas desigualdades na distribuição da riqueza produzida no país não sofreram alterações profundas e são ainda mais perversas porque combinadas a desigualdades e preconceitos raciais e de gênero (os negros e as mulheres negras constituem a parcela mais empobrecida da população brasileira e, segundo o IBGE<sup>2</sup>, possuem baixa escolarização, estão subempregados e recebem os mais baixos salários).

Nos últimos dez anos, programas de transferência de renda para os mais pobres como o Bolsa Família, de inclusão no ensino superior privado e os aumentos reais no salário mínimo, criaram uma aparente diminuição das desigualdades. Entretanto, o aumento da capacidade de consumo de importante parcela da população brasileira a partir destes programas, da facilitação do acesso ao crédito e do aumento real do salário mínimo desde a chegada do PT (Partido dos Trabalhadores) ao governo federal, parece ter se esgotado. Endividamento e conseqüente esgotamento da capacidade de consumir e inflação em alta combinada a impossibilidade de ter acesso aos serviços privados de saúde e educação de qualidade, colocaram em xeque a suposta existência de um país menos desigual e mais justo. Desnudaram o quanto nossas desigualdades sociais ainda são profundas, o quanto o preço das iniciativas de estímulo ao crescimento econômico por meio de grandes obras é alto para índios e trabal-

2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística responsável pelo censo e pela coleta e análise de informações econômicas e sociais da população.

hadores urbanos e rurais. E, mais profundamente, desnudaram o quanto de autoritarismo ainda persiste nas relações entre Estado e sociedade, uma vez que os inúmeros pacotes destinados a promover o crescimento econômico e afastar o fantasma da crise que se espalha pela Europa, foram feitos sem consulta à população e abafando, com violência, as manifestações de resistência dos atingidos por esses empreendimentos.

Neste sentido, as manifestações de junho parecem sinalizar uma insatisfação mais profunda com processos eleitorais transformados em espetáculo, de alto custo e que colocam os financiadores de campanha como os grandes tomadores de decisões na medida em que são os seus interesses os interesses representados pelos parlamentares eleitos, e com a perpetuação de inúmeras injustiças que se reproduzem no cotidiano dos cidadãos brasileiros e que vão desde a ser passado para trás em filas de espera, ao péssimo atendimento e precariedade dos serviços e equipamentos nos hospitais públicos.

Os desdobramentos desta eclosão de insatisfações, algumas vezes manifestadas de forma violenta e violentamente reprimidas, ainda não são nítidos. As respostas governamentais são extremamente tímidas para o montante de problemas denunciados e nem de longe tocam nas razões mais profundas de nossa desigualdade extrema: a superexploração dos trabalhadores brasileiros e a enorme transferência de recursos públicos para financiar o capital financeiro e o setor privado. O que parece claro é que a manutenção pura e simples das relações promíscuas entre o setor público e os interesses privados, assim como a perpetuação das iniquidades e ineficiência dos serviços públicos não poderão se reproduzir envoltas em silêncio e cínica paz.